



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REQUERIMENTO Nº , DE 2023 (Do Sr. Defensor Stélio Dener)

*Requer a realização de Audiência Pública  
para discutir o Novo Arcabouço Fiscal.*

Sr. Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja aprovado o presente requerimento para se discutir a proposta do Governo Federal referente ao novo arcabouço fiscal, que vai substituir o “teto de gastos”, regra que limita o crescimento de grande parte das despesas da União à inflação, e as medidas que podem atingir o serviço público e suas instituições.

Portanto, solicito que sejam convidados os seguintes:

- Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Fernando Haddad;
- Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento, Exma. Sra. Simone Tebet;
- Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Exma. Sra. Esther Dweck

### **JUSTIFICATIVA**

Considerando o iminente Projeto de Lei Complementar que será enviado ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, que trata sobre a atualização ou Novo Regime Fiscal, o já denominado Novo Arcabouço Fiscal, é que propomos a realização desta audiência pública, por entendermos se tratar de matéria que se enquadra nos debates necessários à Comissão.

A matéria em discussão trata exatamente da ideia de se criar um mecanismo, em substituição ao chamado teto de gastos, que limita a maior parte





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

das despesas à inflação do ano anterior, que permita ao governo fazer investimentos e despesas orçamentárias em saúde e educação sem gerar descontrole nas contas públicas.

Entendemos que o novo regime fiscal é necessário para que o governo consiga melhorar ao longo do tempo o resultado das suas contas públicas e também para estabilizar o endividamento público. Como o Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad afirma, será uma proposta que busque uma maneira mais flexível e equilibrada das contas públicas com o desenvolvimento social do país. Mas ao mesmo tempo, defendemos que as medidas para que tal efeito tenha efetividade, que estas não devam prejudicar outros setores tão importantes no desenvolvimento econômico do país e na gestão administrativa e fortalecimento das instituições.

Desta maneira, no âmbito das discussões dessa Comissão, entendemos necessário que a equipe econômica do Governo esclareça todas as medidas, os chamados “gatilhos”, que impliquem diretamente nos serviços públicos e nas instituições que compõem os poderes (executivo, legislativo e judiciário).

Defendemos que no novo regime fiscal seja uma modernização do teto de gastos também ao considerar as peculiaridades de cada setor e as necessidades de investimentos que o país tanto precisa, considerando também o fortalecimento de suas instituições, de modo que o poder público também tenha condições de oferecer eficiência em todos os serviços necessários à sociedade.

Logo, ressaltamos a importância da realização desta Audiência Pública. Por isso solicitamos esse apoio dos nobres pares da Comissão.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

**Deputado DEFENSOR STÉLIO DENER**  
**REPUBLICANOS/RR**

